



LEI MARIA DA PENHA

6ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



Sumário

Título I - Disposições preliminares	04
1. Prólogo da LMP	04
1.1 Case originador da LMP	04
1.2 Tutela constitucional	04
1.3 Tratados internacionais	04
1.4 Objetivos da LMP	05
1.5 Da [in]constitucionalidade da LMP	05
2. Alinhamento a princípios constitucionais	05
3. Mecanismo de interpretação da LMP	06
Título II - Da violência doméstica e familiar contra a mulher	06
Capítulo I - Disposições Gerais	06
1. Âmbitos de configuração da violência doméstica e familiar contra a mulher	06
1.1 Delimitação e incidência da LMP	06
1.2 Identificação dos sujeitos	06
2. Violação dos direitos humanos	08
Capítulo II - Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher	08
Título III - Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar	11
Capítulo I - Das medidas integradas de prevenção	11
Capítulo II - Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar	11
Capítulo III - Do atendimento pela Autoridade Policial	12
1. Atribuição para o atendimento	12
2. Proteções especiais	13
3. Atribuições preliminares da autoridade policial	13
4. Atribuições específicas de polícia judiciária	13
5. Afastamento do agressor do lar	17
6. Monitoração eletrônica do agressor	17
Título IV - Dos Procedimentos	18
Capítulo I - Disposições Gerais	18
1. Aplicação subsidiária e complementar de outras normas	18
2. Competência dos JVDJM	18
2.1 Previsão constitucional	19
2.2 Regulamentação	19
2.3 Competência híbrida do JVDJM	19
2.3.1 Competência material	19
2.3.2 Competência territorial	20
2.4 Competência da Justiça Federal	20
2.5 Crime doloso contra a vida	20
2.6 Competência recursal	20
2.7 Inaplicabilidade da lei 9.099/1995	20
3. Renúncia (retratação) à representação	21
4. Vedação a penas pecuniárias	21
5. Sigilo acerca do nome da ofendida	22
Capítulo II - Das Medidas Protetivas de Urgência	22
Seção I - Disposições Gerais	22
1. Atribuições do juiz	22
2. Regramento da decretação da MPU	22
3. Prisão preventiva	23
4. Notificação da ofendida	24
Seção II - Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor	24

Seção III - Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida	28
Seção IV - Do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência descumprimento de medidas protetivas de urgência	29
1. Problemática geradora da necessidade do tipo especial	29
2. Objetividade jurídica	29
3. Objeto material	30
4. Sujeitos da infração penal	30
5. Tipo objetivo	30
6. Elemento subjetivo	30
7. Consumação	31
8. Tentativa	31
9. Competência Antifeminicídio.....	31
10. Lei do Vicaricídio	31
10.1 Descumprimento de MPU no contexto de violência vicária e relação com o vicaricídio.....	31
10.2 Ampliação do âmbito de proteção das MPUs em face da violência vicária.....	31
11. Causa de aumento de pena — violação de área de exclusão monitorada eletronicamente (§4º)	32
11.1 Circunstâncias majorantes.....	32
11.2 Relação com o §7º do art. 22.....	32
12. Competência para arbitramento de fiança	32
13. Substituição da pena.....	32
14. Incidência da Lei 9.099/95	32
15. Ação penal	33
16. Classificação jurídica	33
Capítulo III - Da atuação do Ministério Público	33
Capítulo IV - Da Assistência Judiciária	33
Título V - Da Equipe de Atendimento Multidisciplinar	34
Título VI - Disposições Transitórias	34
Título VII - Disposições Finais	34
1. Coparticipação de diversos entes	34
2. Compartilhamento de informações estatísticas	35
3. Registro de MPU	35
4. Dotação orçamentária	35
5. Obrigações complementares	35
6. Desnecessidade de comprovação de motivação ou condição da violência	35
7. Afastamento da Lei 9.099/1995	36
7.1 Contornos da Lei 9.099/1995	36
7.2 Consequências da incidência da LMP	36
8. Criação de nova hipótese de admissibilidade da prisão preventiva	36
9. Criação de nova agravante	37
10. Criação de nova qualificadora da lesão corporal	37
11. Programas de recuperação e reeducação	38
12. Publicação, “vacatio legis” e vigência da LMP	38
Obras consultadas e/ou citadas	39